

Decisão é irreversível

DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Não foi por acaso que, à exceção do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, um dos responsáveis pela elaboração do orçamento da União para o próximo ano, nenhum dos ministros teve a palavra franqueada durante a reunião ocorrida ontem, a nona do governo do presidente José Sarney, e com certeza a mais importante. Por determinação do Presidente, a agenda da reunião previu que Sarney abriria o encontro com pronunciamento justificando os cortes profundos que o Governo será obrigado a realizar, de forma a adaptar-se às normas estabelecidas pela Constituinte e controlar o déficit público.

Em seguida, ficou estabelecido que a palavra seria franqueada ao ministro João Batista de Abreu, um dos autores do Orçamento da União para 1989, para explicar a reestruturação do gasto público federal, informando inclusive quais os setores que serão mais atingidos, sem informar o montante dos cortes. Finalmente, o Presidente retomaria a palavra para encerrar a reunião, agradecendo por antecipação a compreensão de todos.

Com a nova sistemática de trabalho introduzida na reunião de ontem, a intenção do Governo foi muito clara, segundo explicou um ministro que participou do encontro. "O Presidente quis deixar claro que os cortes resultam de uma decisão de Governo tomada em caráter irreversível". E, na medida em que não permitiu que os ministros se manifestassem, deu duas indicações claras: não aceitará pressões e os ajustes de cada ministério deverão ser discutidos com os ministros da área econômica, João Batista de Abreu e Mailson da Nóbrega.

Um importante assessor do presidente Sarney disse que aqueles que apostam na indecisão do Governo e no seu espírito conciliador para abrandar os cortes estão redondamente enganados. "O Presidente não se afastará um milímetro do caminho da austeridade por duas razões muito simples: os cortes não resultam de uma opção que

tenha feito, mas de uma imposição da futura Constituição, e do compromisso que assumiu de reduzir o déficit público a 2 por cento do Produto Interno Bruto - PIB.

Para que os céticos entendam a irredutibilidade do Presidente em relação a esses dois pontos, explicou a fonte, precisam entender que ele está consciente de que, somente cumprindo esses compromissos, estará habilitado a passar para a História como o presidente que concedeu mais liberdade na história do País, promoveu a transição democrática sem traumas e a despeito das dificuldades enfrentadas de toda a ordem — política, econômica e social — conseguiu passar o Governo a seu sucessor com as finanças equilibradas.

E foi com este quadro na cabeça que, logo após a reunião ministerial, cercado por um grupo de ministros, avisou: "De nada adiantará pressionar. Podem fazer o lobby que quiserem. Não vou me afastar do caminho escolhido pois sei que sem austeridade não há salvação".

Em termos reais de valor, os cortes somente serão definidos na próxima semana quando o Ministério do Planejamento terá em mãos um levantamento completo dos recursos disponíveis em decorrência de empréstimos já contraídos. Este levantamento vai determinar se os cortes serão superiores a 1 trilhão e 30 bilhões de cruzados já divulgados ou um pouco inferiores. Mas já se sabe que os ministérios do Interior, dos Transportes e da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, serão os mais atingidos.

Para que se tenha uma idéia da magnitude dos cortes, basta dizer que o projeto inicial referente ao Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente — cuja previsão orçamentária era de Cz\$ 43 bilhões — previa um corte de Cz\$ 39 bilhões, o que reduziria os recursos do Ministério para o próximo ano para apenas 4 bilhões de cruzados. Outro exemplo é o do Proagro — Programa de Seguro a Agropecuária — que, se não sofrer uma redução total em seu orçamento, sofrerá um corte mínimo de 90 por cento nos recursos anteriormente programados.